

75 JAN 1986

Endurecimento com os bancos credores

75 JAN 1986

O presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, decidiu participar hoje da reunião do comitê dos bancos credores, embora tivesse dando essa incumbência a um diretor encarregado da dívida externa. Tal decisão, imprevista, parece indicar que o Brasil pretende lançar mão de todos os meios a fim de conseguir que os bancos credores mudem de atitude e obter vantagens anteriormente concedidas a outros países devedores que nem sequer pagaram, religiosamente, como o nosso, os juros sobre a dívida. Percebe-se que, neste momento, o Brasil possui um real poder de barganha.

Os bancos credores certamente não se oporão a prorrogar o atual acordo após a manifestação — isenta de compromisso, é verdade — do diretor-gerente do FMI acerca do programa brasileiro. Os bancos credores sabem que, se não prorrogassem o acordo, desencadeariam uma crise da qual não lhes adviria nenhuma vantagem. Ao contrário, o cancelamento das linhas de crédito a curto prazo levaria o Brasil, fatalmente, a suspender o pagamento dos juros so-

bre a dívida externa, pois não dispõe de reservas suficientes para cobri-las, uma vez que as reservas somam cerca de oito bilhões de dólares e as linhas de crédito se elevam a cerca de 15 bilhões. O Brasil, porém, quer mais do que a simples prorrogação: quer prorrogação por um ano, pelo menos, em vez de 90 dias, como estariam dispostos a propor os credores. Quer também, se não for possível uma renegociação de longo prazo, a revisão dos spreads e das comissões que vem pagando a taxa muito mais alta do que outros países devedores que respeitam menos escrupulosamente seus compromissos.

Os bancos credores consideram que não podem reiniciar uma renegociação em que o Brasil se recusa a firmar com o FMI um acordo de crédito stand by, pelo qual, naturalmente, se obrigaria a seguir um programa econômico aprovado pelo organismo internacional. Neste ano de eleições, o governo, como os governos anteriores, não pretende seguir as receitas ortodoxas do FMI: essa circunstância será o argumento que apresentarão nossas autoridades, que, aliás,

procuraram mostrar, em sua última visita a Washington, todo o respeito que conservam pelo organismo de Bretton Woods. Por outro lado, o presidente do Banco Central, mais uma vez, lembrará aos bancos credores que, com os spreads recebidos e com as reservas que o Brasil mantém, sob forma de depósitos, nesses bancos, puderam eles auferir grandes lucros e constituir provisões substanciais. Ora, se há mais de um ano eles já haviam aceito a idéia de reduzir o spread sobre as operações com o Brasil, não se comprehende que queram, por mais um ano, exigir remuneração tão alta, que inclui na lista dos países de altíssimo risco um que demonstrou que paga regularmente seus juros. A verdade é que países que precisam de moratória têm recebido tratamento muito melhor do que o nosso.

O presidente do Banco Central poderá arguir que o Brasil está decidido, por precaução, a centralizar as operações de câmbio no instituto de emissão, medida que representa uma ameaça de atraso nos pagamentos de juros. É provável, entretanto, que,

em troca da boa vontade, venha a oferecer algo mais aos bancos credores: a questão do reembolso das "operações 63" das três últimas instituições financeiras cuja liquidação extrajudicial foi decretada poderia constituir um elo de aproximação.

É verdade que o comitê de assessoramento não tem poder absoluto e deve obter o assenso de mais de 300 instituições para conseguir a redução do spread, visto que se decidiu que a regra da unanimidade presidiria às decisões do comitê. Parece que a questão poderia ser contornada se houvesse, pelo menos no caso dos bancos norte-americanos, um apelo do presidente do "FED" (banco central dos EUA) nesse sentido. Ao que consta, porém, o sr. Paul Volcker, em seu último encontro com o ministro Dilson Funaro, não se mostrou propenso a ajudar o Brasil, que continua a rejeitar o monitoramento do FMI.

A reunião que hoje se inicia tem o sentido de uma prova de força. Os políticos têm a arte do compromisso. Esperemos que essa virtude exista também nos meios financeiros...